

Análise Econômico-Financeira de uma Cooperativa Agroindustrial

FISS, Jéssica¹
GREGORY, Caroline Bianca²
SAURIN, Gilnei³

RESUMO

Com o constante aumento da concorrência é necessário que as empresas busquem ferramentas que permitem conhecer sua real situação econômico-financeira. Para isso, a análise das demonstrações contábeis é uma das ferramentas que possibilita por meio de indicadores econômicos e financeiros, verificar seus pontos fortes e fracos, diante de outras empresas do mesmo ramo. Com isso, este artigo tem como objetivo verificar qual a situação econômico-financeira de uma Cooperativa Agroindustrial e realizar um comparativo com outras Cooperativas do mesmo segmento durante os anos de 2014, 2015 e 2016. A pesquisa é do tipo descritiva aplicada, enquanto que a abordagem do problema se classifica como pesquisa qualitativa e quantitativa. Ao comparar a Cooperativa, denominada A com as Cooperativas B e C, ficou evidente que em relação aos indicadores de estrutura ela apresenta a maior necessidade de capital de terceiros para financiar suas operações e que possui o mesmo perfil de dívida que as demais, ou seja, dívidas de curto prazo. Além disso, também possui o maior índice de imobilização de patrimônio líquido. Em relação aos índices de liquidez, notou-se que a Cooperativa A possui os índices mais baixos que as demais. Já, na análise de rentabilidade a Cooperativa A obteve um maior volume de vendas em relação ao total investido, contudo, para os índices de Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, a Cooperativa C se sobressaiu em relação a Cooperativas A e B. Nos indicadores de Prazos Médios, Ciclo Financeiro e Operacional a Cooperativa A apresentou um ciclo financeiro e operacional maior que a Cooperativa B e menor que a Cooperativa C. Já na análise de Necessidade de Capital de Giro a Cooperativa A possui a menor necessidade em relação as demais.

Palavras-chave: Cooperativas. Índices. Demonstrações Contábeis. Econômico-financeira.

1. INTRODUÇÃO

No cenário atual dos negócios percebe-se inúmeras mudanças significativas, dentre elas, as constantes atualizações das tecnologias, crescimento na competitividade e dificuldades na economia. Neste contexto, torna-se necessário que as empresas aprimorem seus controles de gestão por meio da avaliação de sua situação econômica e financeira com o propósito de manterem-se ativas diante de tantos desafios. Com o cooperativismo isso não é diferente, obrigando as cooperativas a serem eficientes em sua gestão e gerarem excedentes aos seus associados. Diante desse contexto é que surgiu o presente trabalho para verificar a situação econômica e financeira de

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Luterana Rui Barbosa, de Marechal Cândido Rondon (PR).
E-mail: jessica_fiss@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Luterana Rui Barbosa, de Marechal Cândido Rondon (PR).
E-mail: carolinegregory14@gmail.com.

³ Docente da Faculdade Luterana Rui Barbosa, de Marechal Cândido Rondon (PR). Mestre em desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). *E-mail:* gilsaurin@hotmail.com.



uma Cooperativa Agroindustrial, denominada de Cooperativa A. Com base no exposto, configura-se o problema da pesquisa: **Qual a situação econômico-financeira desta Cooperativa?**

A presente pesquisa tem como objetivo geral comparar as informações geradas pelas cooperativas agroindustriais com base nas análises das demonstrações contábeis referente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016. Conforme Matarazzo (2010, p. 13), “ao se analisar o passado das organizações pode-se deduzir como será o seu futuro”. Após analisar as informações econômico-financeira dos períodos anteriores, os administradores obterão informações que podem determinar a continuidade dos negócios, bem como observar as ameaças, pontos fracos e fortes diante da atual situação econômica.

Dessa forma, faz-se necessário a utilização de dados concretos para avaliar o desempenho das cooperativas e a sua capacidade de competitividade em relação a outras empresas do mesmo segmento. Assim sendo, verificar-se-á a atual situação econômica e financeira da Cooperativa Agroindustrial A por meio de cálculos dos principais índices, bem como, comparar os resultados obtidos com outras cooperativas do mesmo segmento, sendo elas: Cooperativa Agroindustrial B e Cooperativa Agropecuária C.

Este artigo justifica-se devido a importância que os indicadores econômico-financeiros tem para os administradores, quando se trata de gestão empresarial. Estes índices analisados individualmente podem não auxiliar no processo de tomada de decisões sobre o futuro da empresa, contudo, quando comparados com outros indicadores e com demonstrações contábeis de períodos anteriores ou com empresas do mesmo ramo de atividades podem proporcionar uma visão ampliada e permitir que os gestores tomem decisões assertivas.(MATARAZZO, 2010).

Para isso, a pesquisa está dividida em duas partes, sendo a primeira teórica onde realizou-se o levantamento das referências bibliográficas em artigos científicos e livros relacionados à análise das demonstrações contábeis. Já para a segunda parte, realizou-se um estudo de caso comparativo, por meio da análise dos indicadores econômico-financeiros das cooperativas: Cooperativa Agroindustrial A, Cooperativa Agroindustrial B e Cooperativa Agropecuária C. A pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa, e serão calculados os índices de estrutura, liquidez, rentabilidade, capital de giro e prazos médios, com intuito de verificar como está posicionada a Cooperativa Agroindustrial A diante de seus concorrentes.

Por fim, a contribuição científica pretendida com este trabalho consiste em oferecer condições de aprimorar os conhecimentos obtidos, bem como, mostrar para a Cooperativa Agroindustrial A qual a sua atual situação econômico-financeira comparada com outras



cooperativas do mesmo segmento, apontando os benefícios de realizar a análise de suas demonstrações contábeis, além de abordar sobre sua importância no processo de gestão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVAS: ABORDAGEM TEÓRICA

Para Santos (2012, p. 19-20) “cooperativa é associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais, e culturais em comum através de uma entidade de propriedade conjunta”. As cooperativas são geridas de forma democrática pelos sócios, os quais são donos do capital e usuários dos serviços das cooperativas, quando as mesmas dispõem de lucros no final do período, esses serão distribuídos conforme a cota de cada associado. (SOUSA, 2017).

O objetivo das cooperativas não é o acúmulo de lucros, pois no final de cada exercício as sobras dos resultados serão distribuídos entre os associados. (SOUSA, 2017). As cooperativas sempre buscam o crescimento econômico e assim, conquistar seu espaço no mercado por meio da alavancagem econômica e financeira, que promove o constante giro de suas riquezas. (CEBALLOS e SANTOS, 2017).

De acordo com Silva (2017) “na análise da eficiência econômico-financeira das cooperativas, vários aspectos podem ser abordados. Embora este tipo de organização não vise lucro, há necessidade de resultados econômicos positivos para possibilitar condições de crescimento”. Para analisar a capacidade de crescimento e sustentação das cooperativas em suas operações e a utilização do capital de giro próprio, utiliza-se os índices de estrutura de capital, endividamento, a análise das vendas, participação no mercado, o crescimento do patrimônio e os resultados operacionais no fim do exercício. (SILVA, 2017).

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é importante pois tem por finalidade o fornecimento de dados e informações referente à estrutura da organização, a liquidez e rentabilidade, a fim de gerar relatórios para demonstrar e diagnosticar o desempenho e a segurança financeira da empresa. (MATARAZZO, 2010). “As demonstrações financeiras fornecem uma série de *dados* sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses *dados* em



informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”. (MATARAZZO, 2010, p. 3).

O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará. (MATARAZZO, 2010, p.5).

As demonstrações contábeis geradas pela contabilidade constituem um grupo de informações a serem verificadas no processo de análise financeira. (SILVA, 2013). As informações geradas sozinhas não representam significado algum se não forem comparadas com índices de períodos anteriores ou empresas que atuam no mesmo segmento. (PADOVEZE, 2010).

Conforme Matarazzo (2010, p. 3), “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em *informações* e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”. Conforme Assaf Neto (2012), as demonstrações contábeis têm por finalidade o fornecimento de dados e informações referente à estrutura da organização, a liquidez e rentabilidade, a fim de gerar relatórios para demonstrar e diagnosticar o desempenho e a segurança financeira da empresa. “A técnica comumente empregada de análise baseia-se na apuração de índices econômico-financeiros, que são extraídos basicamente das demonstrações financeiras levantadas pelas empresas”. (ASSAF NETO, 2012, p.112).

Esses índices são classificados em dois grupos, sendo que um mostra a situação financeira por meio de cálculos dos índices de estrutura e liquidez, e o outro reflete a situação econômica utilizando os indicadores de rentabilidade. (MATARAZZO, 2010).

2.2.1 Índices de Estrutura de Capital

A estrutura de capital indica a situação financeira da empresa, para isso, são analisados os indicadores que demonstram como estão divididas as fontes de financiamentos utilizadas e os fundos aplicados, sejam de capital próprio ou de terceiros. (SILVA, 2012) “Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos”. (MATARAZZO, 2010, p.87) A tabela 1 apresenta os índices e suas respectivas fórmulas referente à análise de estrutura de capital, além disso, mostra também como deve ser feita a interpretação dos mesmos.

Tabela 1- Índices de Estrutura de Capital

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Participação de Capital de Terceiros (Endividamento)	$\frac{CT}{PL} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido- PL	Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento	$\frac{PC}{CT} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Imobilizado}}{PL} \times 100$	Quanto \$ a empresa aplicou no Ativo Não Circulante para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido.	Quanto menor, melhor.
Imobilização dos Recursos não Correntes	$\frac{ANC}{PL+PNC} \times 100$	Que percentual dos Recursos Não Correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Não Circulante.	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Para Assaf Neto (2012), o índice de participação de capitais de terceiros visa mensurar qual a porcentagem do ativo total que está sendo financiado por recursos não próprios, ou seja, mostra qual o percentual que o capital de terceiros representa diante do capital total aplicado nas operações da empresa, ou seja, quanto mais alto for a participação de capital de terceiros diante de seu capital próprio, maior será a dependência financeira da organização.

O índice de composição de endividamento permite à empresa conhecer como está composto o total do o seu endividamento, analisando se as suas dividas são na maioria de curto ou longo prazo. O prazo de pagamento das obrigações da organização pode ser considerado relevante pelo fato de que as dividas de curto prazo exigem que a empresa disponha de geração de recursos mais rapidamente, enquanto que as de longo prazo proporcionam a empresa um tempo maior para a obtenção do capital necessário. (SILVA, 2013)

Se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no Passivo Circulante (Curto Prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no Longo Prazo). (MARION, 2007, p. 106).

Deste modo, é mais favorável para a empresa obter dividas de longo prazo do que ao curto prazo, pois em épocas de crise a empresa terá mais tempo para planejar a sua situação financeira de forma que consiga realizar a liquidação de suas dividas com menos pressão para a obtenção de recursos. (DINIZ, MARTINS e MIRANDA, 2014).

O índice de imobilização do patrimônio líquido indica quanto do capital da empresa está sendo investido em ativos imobilizados. Segundo Iudícibus e Marion (2000, p. 162), “este

quociente pretende retratar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada em plantas e instalações, bem como outras permanentes, ou que não está ‘em giro’”. Dessa forma, quanto mais recursos estiverem investidos no ativo da empresa, menor será o capital disponível para realizar o pagamento das obrigações, podendo levar a empresa a precisar de capital de terceiros.

Conforme Assaf Neto (2012), o índice de imobilização de recursos não correntes mostra qual a porcentagem dos recursos de longo prazo que estão aplicados nas contas do ativo imobilizado. Assim sendo, este índice é uma variação do índice de imobilização do patrimônio líquido, ou seja, permite avaliar qual o nível de imobilização da empresa em relação aos seus recursos juntamente com o capital de terceiros e de longo prazo e quanto menor o índice, melhor será a folga financeira da empresa. (DINIZ, MARTINS e MIRANDA, 2014). Além dos índices de estrutura de capital, também se utiliza a análise dos índices de liquidez para medir a situação financeira da empresa.

2.2.2 Índices de Liquidez

Para Braga (2009, p. 162), “a análise da liquidez tem o objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação as suas exigibilidades. A análise interna de liquidez constitui-se num dos mais valiosos instrumentos de controle financeiro”. Uma empresa que apresenta índices satisfatórios de liquidez consegue pagar suas dívidas, contudo, isso não significa que serão pagas em dias devido a outras variáveis. Para Silva (2012, p. 138), “o objetivo do estudo da liquidez é avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, capacidade financeira para saldar seus compromissos”. Os índices de liquidez estão divididos em: liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata. A tabela 2 apresenta os índices de liquidez e suas respectivas fórmulas, além disso, mostra também como deve ser feita a interpretação dos mesmos.

Tabela 2- Índices de Liquidez

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Líquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{AC + PC}$	Quanto a empresa tomou de Ativo Circulante + RLP para cada R\$ 1,00 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
Líquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para R\$ 1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
Líquidez Seca	$\frac{AC - Estoques}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor.
Líquidez Imediata	$\frac{Disponível}{PC}$	Quanto a empresa possui em dinheiro ou pode transformar prontamente em dinheiro para cada R\$ 1,00 de obrigações com vencimento a curto prazo.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Conforme Silva (2013, p. 284), “o índice de Liquidez Geral (*Current and long term assets to liabilities*) indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais”. A análise da liquidez geral visa fornecer um indicador para saber se a empresa teria capacidade de pagar suas obrigações com seus bens em caso de encerramento das atividades.

O índice de liquidez corrente mostra a capacidade da empresa liquidar suas dívidas em curto prazo. “O índice de liquidez corrente (*Current ratio*) indica quanto à empresa possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo (próximo exercício), comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período”. (SILVA, 2013, p. 287). Este índice pode ser considerado um dos melhores indicadores para avaliar a liquidez da empresa.

Para Matarazzo (2010) a liquidez seca representa a capacidade da organização pagar suas dívidas sem depender dos seus estoques. O ideal é que a análise da mesma seja feita em conjunto com a liquidez corrente. De acordo com Silva (2013, p. 291-292), “o índice de liquidez seca busca certo aprimoramento em relação ao índice de liquidez corrente, supondo, de certa forma, que os estoques são necessários a própria atividade da empresa, constituindo-se numa espécie de investimento permanente no ativo circulante”.

O índice de liquidez imediata mostra a capacidade da empresa pagar suas dívidas apenas com o que possui em dinheiro ou pode transformar em dinheiro. (MATARAZZO, 2010). “Esses quocientes medem a proporção de numerário que deve ser mantida pela empresa (caixas e bancos) a

fim de atender a seus compromissos mais imediatos durante seus ciclos operacionais”. (BRAGA, 2009, p. 163).

2.2.3 Índices de Rentabilidade

Esses índices são responsáveis por evidenciar o retorno dos recursos aplicados pela empresa e por este motivo são considerados uns dos indicadores que mais interessam aos sócios da organização. (ASSAF NETO, 2012). “Esta análise busca a identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo, da lucratividade do negócio”. (SILVA, 2012, p.147). A tabela 3 mostra os índices de rentabilidade e suas fórmulas.

Tabela 3- Índices de Rentabilidade

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa vendeu para cada R\$1,00 de Investimento Total.	Quanto maior, melhor.
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 vendidos.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, em média, no exercício.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

O giro do ativo é um indicador responsável por mostrar o volume de vendas da empresa em relação ao montante total investido. Conforme Silva (2013, p. 236), “o giro do ativo (*turnover asset*) é um dos principais indicadores da atividade da empresa. Estabelece relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, que estão representados pelo ativo total médio”.

De acordo com Silva (2012), o índice de margem líquida representa quanto a empresa tem de lucro em relação a suas vendas líquidas, ou seja, mostra a quantidade de dinheiro que a organização tem em relação as receitas obtidas após o pagamento de todos os seus impostos, custos e despesas.



No entender de Matarazzo (2010, p. 112), este índice representa “quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos”.

“O índice de retorno sobre o ativo (*Return on Asset- ROA*) indica a lucratividade a empresa propicia em relação aos investimentos totais representados pelo ativo total”. (SILVA, 2013, p. 240). Assim sendo o índice de rentabilidade do ativo mostra quanto a empresa obteve de lucro em comparação as suas aplicações, ou seja, ao total do seu ativo. (ASSAF NETO, 2012).

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido mensura o retorno de uma empresa ao comparar o lucro gerado com o valor investido pelos seus acionistas. (SILVA, 2012). “O índice de retorno sobre o patrimônio líquido (*Return on Equity-ROE*) indica quanto de prêmio os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação a seus investimentos no empreendimento”. (SILVA, 2013, p. 246).

Além dos índices obtidos das demonstrações contábeis é possível calcular os prazos médios, ciclo operacional e financeiro da empresa. Esses indicadores determinarão a dinâmica da organização, ou seja, quantos dias são necessários para vender seus estoques, receber suas duplicatas e efetuar o pagamento das suas obrigações, bem como, adotar estratégias de compra, produção, venda e recebimento.

2.3 ÍNDICES DE PRAZOS MÉDIOS: A DINÂMICA DA EMPRESA

De acordo com Matarazzo (2010), os índices de prazos médios são analisados em conjunto e permitem ao administrador planejar estratégias referentes aos prazos de compras, vendas e estocagens dos produtos. Por meio do balanço e demonstração de resultado pode-se calcular os índices de prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de renovação de estoque e prazo médio de pagamento de compras. A tabela 4 apresenta os índices de prazos médios e suas respectivas fórmulas, além disso, mostra também como deve ser feita a interpretação dos mesmos.

Tabela 4- Prazos Médios

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Prazo Médio de Renovação de Estoque	$\frac{\text{Estoque}}{\text{CMV}} \times 360$	Quantos dias os produtos ficam armazenados na empresa antes de serem vendidos.	O prazo decorre da compra até o momento da venda. Quanto menor, melhor
Prazo Médio de Pagamento de Compras	$\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$	Quantos dias a empresa demora para pagar seus fornecedores.	O prazo decorre da compra até o pagamento do fornecedor. Quando maior, melhor.
Prazo Médio de Recebimento de Vendas	$\frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} \times 360$	Quantos dias a empresa leva para receber suas vendas.	O prazo decorre da compra até o recebimento da venda do cliente. Quanto menor, melhor

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

De acordo com Silva (2012), o prazo médio de renovação do estoque tem por finalidade mostrar o número de dias em que os produtos ficam em estoque na empresa antes de serem vendidos. A quantidade desses produtos depende do volume das suas vendas, bem como da sua política de controles de estoques. “Prazo médio de estocagem é a medida do ciclo econômico de produção, o tempo entre a entrada dos insumos e a saída dos produtos. Por exemplo, é o número de dias que demora para o estoque da empresa ser convertido em vendas”. (FLEURIET e ZEIDAN, 2015, p.195).

O prazo médio de pagamento de compra mensura o tempo que a empresa leva para pagar suas dívidas com os fornecedores. (FLEURIET e ZEIDAN, 2015, p. 199). Esse prazo tem início quando a empresa adquire a sua matéria-prima ou mercadoria para revenda, e o final do ciclo se dá quando realiza o pagamento de suas compras. Quanto maior for o prazo que a empresa conseguir negociar com seus fornecedores para realizar estes pagamentos, menor será a quantidade necessária de recursos externos para saldar tais compromissos. (CHING, 2010).

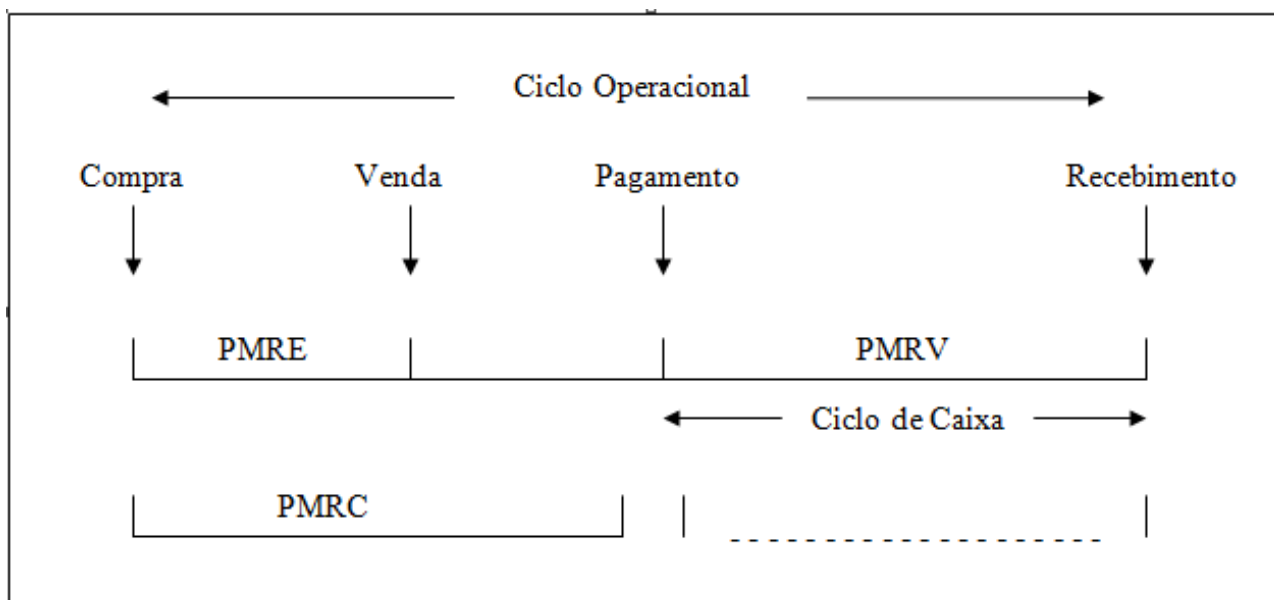
De acordo com Silva (2013), o prazo médio de recebimento de vendas tem como finalidade mostrar uma média do tempo que a empresa leva para receber de seus clientes os valores referentes as vendas efetuadas. “Em outras palavras, esse é o prazo em que a empresa financia seus clientes e precisa de recursos para saldar seus compromissos. Esse prazo normalmente é determinado pelas forças do mercado”. (CHING, 2010, p.61).

Para Matarazzo (2010, p. 260), “a conjugação dos três índices de prazos de médios leva à análise dos ciclos operacional e de caixa, elementos fundamentais para a determinação de estratégias empresariais, tanto comerciais quanto financeiras, geralmente vitais para a determinação do fracasso ou sucesso de uma empresa”.

2.3.1 Ciclo Operacional e Financeiro

“O Ciclo Operacional é composto pelas etapas operacionais utilizadas pela empresa no processo produtivo. Ou seja, é o período de tempo compreendido entre a compra da mercadoria ou matéria-prima até o recebimento do caixa resultante da venda do produto”. (DINIZ, MARTINS e MIRANDA, 2014). “A soma dos prazos PMRE + PMRV, representa o que se chama de ciclo operacional”. (MATARAZZO, 2010, p. 267). A figura 1 representa o ciclo operacional e financeiro.

Figura 1- Ciclo Operacional e Financeiro



Fonte: Matarazzo (2010)

O ciclo financeiro também é conhecido como ciclo de caixa, e na análise desse indicador, quanto maior for o prazo que a empresa terá para pagamento de seus fornecedores, menor será o ciclo financeiro, ou seja, menor será a quantidade necessária de capital de giro para financiar suas atividades. (MATARAZZO, 2010).

Conforme Júnior (2017, p. 18), “o ciclo financeiro trata-se do período em que a empresa gira com os recursos entre os recebimentos e os pagamentos”. Para Fleuri e Zeidan, (2015, p.194), “em essência, o ciclo financeiro é igual ao prazo médio de estocagem [PME] mais o prazo médio de recebimento [PMR] menos o prazo médio de pagamento [PMP]”.

2.3.2 Necessidade de Capital de Giro

Conforme Matarazzo (2010), o índice de necessidade de capital de giro é utilizado no auxílio a gestão financeira da organização pois tem como finalidade mostrar quanto a empresa necessita de recursos para manter suas atividades. Também revela a necessidade ou não da empresa obter recursos de fontes externas. “A Necessidade de Capital de Giro [NCG] muda de acordo com a variação de receitas e os prazos de pagamento, de estocagem e de recebimento”. (FLEURIET e ZEIDAN, 2015, p.193). De modo geral, quanto maior forem as entradas programadas de caixa, menor será a necessidade de capital de giro. (GITMAN, 2010).

“A necessidade de investimento em capital de giro, ou simplesmente em giro, reflete o volume líquido e recursos demandado pelo ciclo operacional da empresa, determinado em função de suas políticas de compras, vendas e estocagem”. (ASSAF NETO, 2012, p.603). É uma necessidade primordial de capital de longo prazo, o qual deve manter financeiramente os investimentos periódicos. (ASSAF NETO, 2012). A necessidade de capital de giro é calculada pela diferença entre o Ativo Circulante Operacional e o Passivo Circulante Operacional, sendo representada pela fórmula: (SILVA, 2012).

$$NCG = ACO - PCO$$

“O **ACO** é o investimento que decorre automaticamente das atividades de compra, produção, estocagem e venda, enquanto o **PCO** é o financiamento, também automático, que decorre dessas atividades”. (SILVA, 2012, p. 172).

Conforme Matarazzo (2010), é necessário que a empresa siga alguns critérios para avaliar a necessidade de capital de giro, os quais são: Se o Ativo Circulante Operacional (ACO) for maior que o Passivo Circulante Operacional (PCO), representa a “situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para qual a empresa pode recorrer a fontes de financiamentos”. (SILVA, 2012, p.172). No segundo critério de avaliação, se o Ativo Circulante Operacional (ACO) for igual ao Passivo Circulante Operacional (PCO), “a NCG é igual a zero e portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para o giro”. (MATARAZZO, 2010, p. 284). Por fim, se o Ativo Circulante Operacional (ACO) for menor que o Passivo Circulante Operacional (PCO), “a empresa tem mais financiamento operacionais do que investimentos operacionais. Isso evidencia sobra de



recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser aplicados no mercado financeiro ou para expansão de suas instalações”. (SILVA, 2012. p. 172).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo tem como objetivo realizar a análise econômico-financeira da Cooperativa Agroindustrial A com o intuito de verificar como a mesma está posicionada diante de seus concorrentes, afim de fornecer informações para a tomada de decisões. Para isso realizar-se-á a análise dos indicadores de estrutura de capital, liquidez, rentabilidade, prazos médios, ciclo operacional e financeiro e necessidade de capital de giro por meio dos balanços publicados nos sites das Cooperativas A, B e C.

A pesquisa é do tipo descritiva aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, enquanto que a abordagem do problema se classifica como pesquisa qualitativa e quantitativa. Para isso, analisou-se os Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultado de três cooperativas referente aos períodos de 2014, 2015 e 2016, realizando um comparativo entre elas.

A pesquisa está dividida em duas partes, sendo a primeira teórica onde realizou-se levantamento das referências bibliográficas em artigos científicos retirados da internet e livros relacionados à análise das demonstrações contábeis. Já para a segunda parte, realizou-se um estudo de caso comparativo onde serão utilizados as principais contas das demonstrações contábeis, para realizar os cálculos dos indicadores econômico-financeiros das cooperativas: Cooperativa Agroindustrial A, Cooperativa Agroindustrial B e Cooperativa Agropecuária C.

Após o cálculo dos índices, os mesmos serão analisados e transformados em relatórios afim de verificar qual a atual situação econômico-financeira da Cooperativa A diante de outras cooperativas do mesmo segmento.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS ÍNDICES

A análise das demonstrações contábeis é fundamental pois tem como objetivo o fornecimento de informações referente à estrutura da organização, a liquidez e rentabilidade, a fim de gerar relatórios para demonstrar a situação econômico-financeira e diagnosticar o desempenho e a segurança financeira da empresa. (MATARAZZO, 2010). Para a análise das demonstrações

contábeis, são utilizados alguns indicadores, dentre eles: Índices de estrutura de capital, índices de liquidez, índices de rentabilidade, índices de prazos médios, ciclos financeiro e operacional e necessidade de capital de giro. Estes índices possibilitam uma avaliação do desempenho das organizações, mostrando as tendências para períodos futuros.

4.1.1 Estrutura de Capital

Os índices de estrutura de capital são responsáveis por evidenciar a origem dos recursos da empresa e como os aplica. Para isso, calcularam-se os indicadores de Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e a Imobilização dos Recursos não Correntes. A tabela 5 demonstra os indicadores encontrados na análise de estrutura de capital.

Tabela 5- Estrutura de Capital das Cooperativas A, B e C.

COOPERATIVAS	ANOS	Cooperativa A			Cooperativa B			Cooperativa C		
		2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
ÍNDICES										
Participação de Capital de Terceiros		259,42%	289,22%	280,75%	209,27%	257,87%	254,42%	122,82%	121,38%	103,27%
Composição do Endividamento		69,95%	70,25%	73,26%	78,34%	69,29%	76,39%	77,71%	78,83%	68,83%
Imobilização do Patrimônio Líquido		124,99%	132,86%	131,93%	89,35%	94,44%	86,36%	49,69%	47,27%	46,84%
Imobilização dos recursos não correntes		84,51%	88,01%	93,92%	76,92%	64,99%	67,43%	48,95%	52,53%	42,80%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

O índice de Participação de Capitais de Terceiros mostra que a Cooperativa Agroindustrial A aumentou seu endividamento em 21,33% em 2016 se comparado com o ano de 2014. No entanto, relacionado ao exercício de 2015 verifica-se que a Cooperativa A vem diminuindo este indicador, contudo ainda depende de recursos externos para exercer suas atividades, pois para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido utilizado, tomou 180,75 % de capital de terceiros. Ao comparar com outras cooperativas do mesmo segmento, percebe-se que o capital de terceiros utilizado pela Cooperativa B também vem aumentando no decorrer deste período, pois em 2016 para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido utilizou 154,42% de recursos externos. Já, ao analisar este índice na Cooperativa C, verificou-se que ele vem diminuindo gradativamente ao longo dos exercícios, pois quando comparado no período de 2014 à 2016, a Cooperativa C reduziu este indicador em 19,54% utilizando apenas 3,28% de capital de terceiros para financiar suas atividades.



O índice de composição de endividamento permite verificar se as dívidas da empresa são de curto ou longo prazo. Para a análise deste índice considera-se que quanto menor, melhor. Após analisar os valores encontrados para a cooperativa em estudo, verifica-se que no ano de 2014 o percentual das dívidas de curto prazo atingiu 69,96%, sendo que no ano de 2015 houve um pequeno aumento de 0,30% e no ano de 2016 novamente houve um aumento chegando a 73,26%, representando que a maior parte das dívidas da Cooperativa Agroindustrial A são de curto prazo. Isso significa que a empresa precisa gerar recursos mais rapidamente para conseguir cumprir com suas obrigações. Ao relacionar este indicador com as Cooperativas B e C verifica-se que ambas tiveram uma diminuição neste indicador no decorrer dos anos em análise, fechando o ano de 2016 com o índice de 68,83% e 76,39% respectivamente, dessa forma, suas dívidas são consideradas também de curto prazo.

O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido representa o quanto de capital a empresa investiu no seu imobilizado. Ao verificar-se o grau de imobilização, percebeu-se que este índice aumentou em 6,94% no período compreendido de 2014 à 2016 mostrando que a Cooperativa A utiliza 100% de seu capital para investimentos em imobilizado, não restando capital de giro para a empresa saldar suas dívidas. Isso faz com que ela necessite de capital de terceiros. Já este índice na Cooperativa B, mostra que vem tendo uma queda de 2,98% no decorrer dos anos, no entanto, ainda utiliza mais de 80% de seu capital para investimentos em imobilizado, restando assim, menos de 20% de capital de giro para a empresa cumprir com suas obrigações, o que o leva a dependência de capital de terceiros. Para a Cooperativa C este índice também diminuiu em 2,86%, contudo a situação é oposta, pois estava utilizando em 2016 apenas 46,84% do seu capital para investir em imobilização, assim sendo tem uma sobra de mais de 50% de capital para financiar suas atividades já que suas dívidas são na maioria de longo prazo. Apesar dos índices de imobilização serem elevados, os mesmos podem ser considerados satisfatórios, sendo uma das características das Cooperativas Agrícolas, já que é obrigatório investirem em imobilizados.

O índice de imobilização de recursos não correntes avalia o nível de imobilização em relação aos recursos próprios e de terceiros de longo prazo. Em relação a esse índice a Cooperativa A apresentou o maior indicador pois no ano de 2016 para cada R\$100,00 de recursos não correntes a empresa tem aplicado no imobilizado 93%. No mesmo período a Cooperativa B aplicou 67% e a Cooperativa C investiu apenas 42% em imobilizado.

4.1.2 Liquidez

Os índices que evidenciam a situação financeira das empresas são os índices de liquidez, os quais são responsáveis por mensurar a capacidade da organização de quitar suas obrigações no prazo de vencimento. É considerado um dos indicadores mais importantes para o controle financeiro empresarial. Os índices de liquidez estão divididos em: liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata. A tabela 6 mostra os resultados encontrados na análise dos indicadores de liquidez.

Tabela 6- Índices de Liquidez das Cooperativas A, B e C.

COOPERATIVAS	ANOS	Cooperativa A			Cooperativa B			Cooperativa C		
		2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Liquidez Geral		0,84	0,81	0,80	1,01	0,98	1,01	1,40	1,43	1,51
Liquidez Corrente		1,15	1,11	1,05	1,20	1,35	1,27	1,68	1,62	2,06
Liquidez Seca		0,69	0,62	0,54	0,78	0,84	0,78	1,13	1,02	1,25
Liquidez Imediata		0,17	0,08	0,08	0,02	0,01	0,00	0,70	0,50	0,52

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui em bens e direitos de curto e longo prazo, visando saber se a empresa terá capacidade de cumprir com suas obrigações. Por meio deste índice percebe-se que no período de 2014 para cada R\$1,00 de dívida total, a Cooperativa A possuía R\$ 0,84 para saldar suas dívidas, ou seja, não conseguiria pagar suas dívidas com recursos próprios. No ano de 2016 a cooperativa teve uma queda nesse índice para R\$ 0,80. Ao comparar este indicador na Cooperativa B consegue cumprir com suas obrigações em 2016 tendo para cada R\$1,00 de dívida, R\$ 1,01. Já na Cooperativa C, neste mesmo ano para cada R\$1,00 de dívida total, sobrava R\$ 0,51 após liquidar todas as suas obrigações.

O índice de liquidez corrente é considerado um dos indicadores de maior importância, pois é responsável por evidenciar a capacidade que a empresa possui para quitar suas dívidas de curto prazo. Em 2016 a Cooperativa Agroindustrial A possuía uma liquidez corrente de 1,05, ou seja, teve uma queda se comparado com o ano de 2014 onde sua liquidez era de R\$ 1,15. Este indicador em outras cooperativas do mesmo segmento, também é satisfatório, permitindo saldar suas dívidas de curto prazo. No ano de 2016 a Cooperativa B possuía R\$ 1,27 para cada R\$1,00 de dívida, ou seja,



teve um aumento de R\$ 0,07 se comparado com o ano de 2014. Já a Cooperativa C, que em 2014 apontava um indicador de 1,68, melhorou no ano de 2016, obtendo um índice de 2,06.

A liquidez seca define a capacidade que as empresas possuem para cumprir com suas obrigações sem dependerem dos seus estoques, ou seja, utilizando somente os recursos de curto prazo imediatamente disponíveis. Este indicador aponta que a Cooperativa A é totalmente dependente de seus estoques para pagar suas dívidas, uma vez que, nos períodos em estudo, este índice apresentou queda, fechando o ano de 2016 abaixo de R\$ 1,00. Na Cooperativa B, a situação não é diferente pois em 2016 tinha apenas R\$ 0,78 de recursos disponíveis para cumprir com suas obrigações e, dessa forma, também dependia de seus estoques. No caso da Cooperativa C, percebe-se que a mesma não depende de seus estoques para saldar suas dívidas de curto prazo, pois encerrou o exercício de 2016 com o indicador de R\$ 1,25.

O índice de liquidez imediata determina a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas apenas com os recursos líquidos ou que pode transformar rapidamente em dinheiro. Em todas as Cooperativas, este índice mostrou que se fosse necessário quitar todas as suas obrigações imediatamente, estas não teriam recursos suficientes. Todas fecharam os exercícios de 2014, 2015 e 2016 com os índices abaixo de R\$1,00. Para as cooperativas agroindustriais este indicador não é considerado preocupante, dado que no segmento agrícola os recursos disponíveis poderiam estar sendo aplicados em outros investimentos ou mesmo em estoques.

4.1.3 Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade, são responsáveis por evidenciar o retorno dos recursos aplicados pela empresa e por este motivo são considerados uns dos indicadores que mais interessam aos sócios da organização. Os índices de rentabilidade estão divididos em Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. A tabela 7 mostra os valores encontrados para tais indicadores.

Tabela 7- Giro do Ativo das Cooperativas A, B e C.

COOPERATIVAS	ANOS	Cooperativa A			Cooperativa B			Cooperativa C		
		2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
ÍNDICES										
Giro do Ativo		1,33%	1,33%	1,42%	1,37%	1,18%	1,34%	1,17%	1,24%	1,25%
Margem Líquida		2,95%	1,66%	0,85%	2,10%	2,54%	1,11%	7,94%	8,12%	8,03%
Rentabilidade Do Ativo		3,91%	2,21%	1,21%	2,86%	2,99%	1,48%	9,26%	10,08%	10,03%
Rentabilidade Do Patrimônio Líquido		14,07%	8,59%	4,59%	8,85%	10,68%	5,26%	20,62%	22,32%	20,39%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017

O Giro do Ativo evidencia o volume de vendas da empresa em relação ao total investido. Na cooperativa A, este índice mostra que em 2015 para cada R\$1,00 dos investimentos totais, ela obteve um retorno de R\$ 1,32 e em 2016 houve um aumento neste índice chegando a R\$ 1,41. Comparando a empresa A com a empresa B e C, nota-se que estas também tiveram um aumento nesse indicador, pois em 2015 na cooperativa B este índice era de R\$1,17 e em 2016 atingiu R\$ 1,34. Já a cooperativa C teve apenas um aumento de R\$ 0,74 chegando a R\$ 1,24 para cada R\$1,00 de investimentos no período de 2016. Percebe-se que houve um aumento na eficiência das cooperativas A, B e C, pois no decorrer dos períodos em estudo o volume de vendas aumentou em relação ao capital total investido, ou seja, mostra que elas estão tendo um maior retorno financeiro e estão conseguindo cumprir com suas obrigações sem necessitar de outras fontes de recursos.

O índice de Margem Líquida mostra quanto a empresa obteve de lucro em relação as suas vendas líquidas, ou seja, mostra quanto de dinheiro sobrou para a empresa após o pagamento de todas as suas obrigações. No ano de 2014 para cada R\$ 100,00 que a Cooperativa A vendeu obteve um retorno de 2,95% de lucro, no ano de 2016 houve uma queda chegando a apenas 0,85% de sobra. Em relação a Cooperativa B, esta também apresentou diminuição neste indicador, o qual em 2014 era de 2,10% e no ano de 2016 foi de apenas 1,11% de retorno.

Já a empresa C apesar de ter tido uma pequena queda na sua margem de lucro, ainda obteve altos índices, mostrando que a empresa teve retorno nos anos analisados, em 2015 seu índice era de 8,12% para cada R\$100,00 investidos e em 2016 decaiu chegando em 8,03%. Nos três períodos estudados, ambas as cooperativas apresentaram diminuição em sua margem líquida. Isso se deve em função dos aumentos em seus custos e despesas fazendo com que houvesse uma queda em seus lucros.

O índice de Rentabilidade do Ativo faz a comparação do seu lucro líquido em relação aos seus investimentos totais, ou seja, seu Ativo. Para este indicador, todas as Cooperativas em análise



apresentaram queda no período de 2014 à 2016. A análise demonstra que a Cooperativa A obteve no exercício de 2016 um retorno de 1,21% para cada cem reais investidos. Já a Cooperativa B no mesmo período apresentou retorno de 1,48% e por fim a Cooperativa C com 10,03% de retorno. Os valores encontrados mostram diminuição no retorno diante dos investimentos realizados pelas Cooperativas, contudo, ainda apresentam lucratividade.

O índice de Retorno sobre o Patrimônio líquido é responsável por apontar o retorno obtido por uma empresa ao comparar o seu lucro gerado em relação aos valores investidos pelos seus proprietários ou associados. Os resultados encontrados, mostram que a taxa de rentabilidade da Cooperativa A vem diminuindo gradativamente em relação ao valor investido. Em 2014 seu retorno era de 14,07% para cada R\$100,00 investidos e no ano de 2016 era de apenas 4,59%. Na Cooperativa B, a situação não é diferente. Esta apresentou queda de 3,59% entre 2014 e 2016, tendo apenas 5,26% de retorno no último ano analisado. Apesar da Cooperativa C apresentar altos índices de rentabilidade, ela também sofreu uma pequena de diminuição neste indicador fechando o exercício de 2016 com 20,39% de retorno para cada cem reais investidos pelos seus associados. Os resultados encontrados, mostram que apesar das quedas nos índices calculados, os investimentos em capital próprio ainda geram retorno para as Cooperativas em estudo.

4.1.4 Prazos Médios

Os Prazos Médios auxiliam os administradores a decidirem suas estratégias. Estes prazos estão divididos em Prazos Médios de Pagamento de Compras, Prazos Médios de Recebimento de vendas e Prazos Médios de Renovação de Estoques. Esses três índices devem ser analisados em conjunto pois constituem os alicerces indispensáveis aos ciclos operacional e financeiro da empresa. A tabela 8 apresenta os índices encontrados.

Tabela 8- Índices de Prazo Médio das Cooperativas A, B e C.

COOPERATIVAS	Cooperativa A			Cooperativa B			Cooperativa C			
	ANOS	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
ÍNDICES										
Prazo Médio de Renovação do Estoque		75 Dias	81 Dias	71 Dias	74 Dias	98 Dias	86 Dias	90 Dias	97 Dias	104 Dias
Prazo Médio de Pagamento de Compras		28 Dias	25 Dias	24 Dias	81 Dias	77 Dias	71 Dias	8 Dias	6 Dias	10 Dias
Prazo Médio de Recebimento de Vendas		55 Dias	55 Dias	41 Dias	61 Dias	65 Dias	62 Dias	18 Dias	28 Dias	19 Dias

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.



O Prazo Médio de Renovação de Estoques tem por objetivo demonstrar o número de dias em que os produtos ficam em estoque antes de serem vendidos. Ao verificar esse índice na Cooperativa A, notou-se que este índice diminuiu 10 dias se comparado com o ano de 2015, sendo que em 2016 o seu prazo foi de 70 dias. No mesmo período para a Cooperativa B houve redução de 15 dias, encerrando o exercício de 2016 com 86 dias em média para renovar seu estoque. Já na Cooperativa C, a situação foi inversa, esta diminuiu o seu prazo, em 2016 para 103 dias. Os estoques também são importantes para evidenciar a aplicação de recursos, ao mesmo tempo, manter estoques elevados pode gerar uma série de gastos com armazenagem, transportes e seguros. No entanto, manter produtos em estoque, é uma característica das cooperativas agrícolas, pois dependem destes produtos para transformá-los em subprodutos que serão vendidos.

O Prazo Médio de Pagamentos de Compras mensura o tempo que a empresa leva para pagar suas dívidas com os fornecedores. Ao comparar o período entre 2014 e 2016, percebe-se que a cooperativa A vem diminuindo este índice, pois em 2014 o seu prazo para pagamento de compras era de 28 dias e em 2016 chegou à 24 dias. Na cooperativa B houve redução de 9 dias nesse prazo. Em 2016 encerrou o exercício com 71 dias em média para efetuar o pagamento de seus fornecedores. Já para a Cooperativa C este prazo sofreu um pequeno aumento, pois a cooperativa encerrou o ano de 2016 com prazo de 9 dias para pagar suas compras. Como esta Cooperativa leva em média 19 dias para receber suas vendas, acaba necessitando de capital de terceiros para financiar suas operações. Por este motivo, há necessidade de buscar equilíbrio entre estes dois prazos, para não precisar de financiamentos com o propósito de pagar suas obrigações.

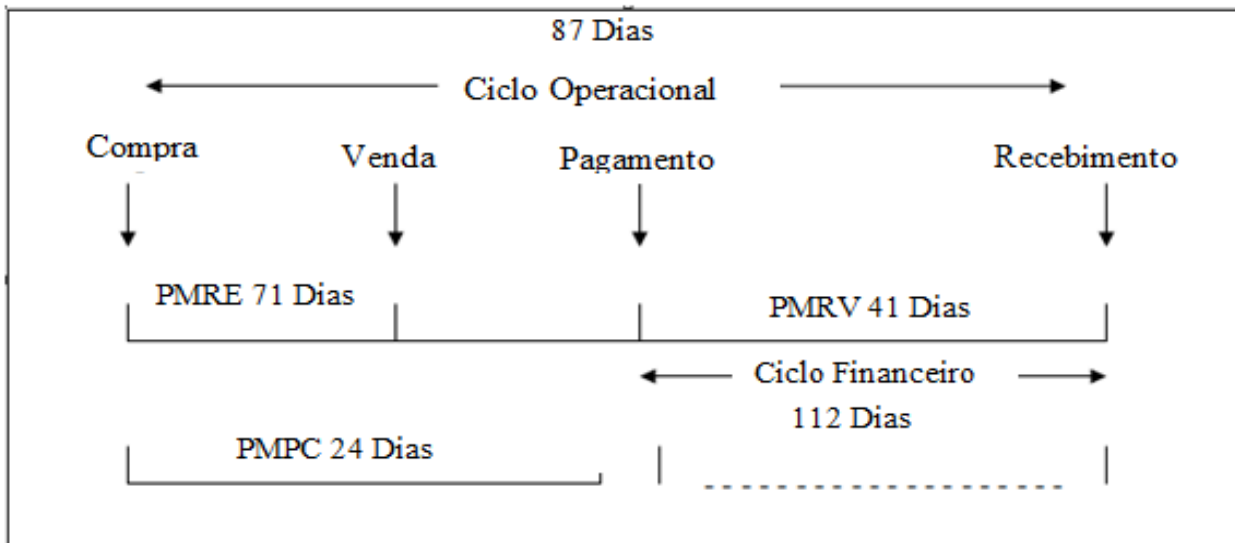
O prazo médio de recebimento de vendas tem como objetivo mostrar a média de tempo que a empresa leva para receber de seus clientes as vendas efetuadas. Se comparado este índice entre os anos de 2015 e 2016, todas as cooperativas tiveram pequena redução nos prazos. A cooperativa A encerrou 2016 com 41 dias de prazo para o recebimento de suas vendas, enquanto que a Cooperativa B atingiu 61 dias e a Cooperativa C 19 dias. O fato de uma empresa demorar mais ou menos para receber suas vendas a prazo pode ser originário de vários fatores, dentre eles, características do ramo do negócio, política de abertura de créditos e situação econômico e financeira do mercado. Contudo, é sempre desejável que o prazo de recebimento de vendas seja menor que o prazo de pagamento das compras pois dessa forma a empresa não irá precisar de capital de terceiros para financiar suas atividades.

4.1.5 Ciclo Operacional e Financeiro

O Ciclo operacional mostra as etapas operacionais que a empresa utiliza no processo produtivo, ou seja, o período que vai da compra da mercadoria até o recebimentos de suas vendas. Já o ciclo financeiro compreende o tempo em que a empresa necessita por recursos financeiros para financiar sua atividade operacional.

Conforme mostra a Figura 2, a Cooperativa A vem apresentando diminuição em seu ciclo financeiro e operacional, sendo que no ano de 2016 apresentou um ciclo financeiro de 111 dias, ou seja, neste período a empresa teve que manter com recursos próprios ou de terceiros as suas atividades. Já entre a compra de mercadorias e o recebimento de vendas, a empresa apresentou um ciclo operacional de 87 dias, e desses, 24 dias foram financiadas por seus fornecedores. Dessa forma, 63 dias a empresa precisou de outras fontes de recursos financeiros.

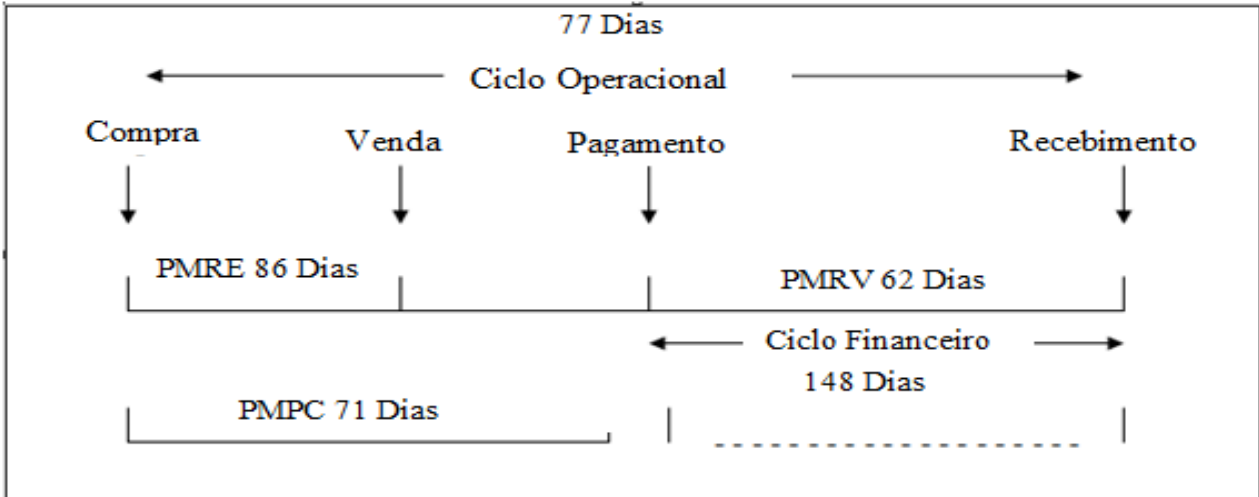
Figura 2- Ciclo Operacional e Financeiro Cooperativa A.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

Na Cooperativa B, a situação também é de diminuição dos ciclos financeiro e operacional. Esta apresentou um ciclo financeiro de 148 dias e operacional de 76 dias, sendo que 71 dias também foram financiados por seus fornecedores e apenas 5 dias a empresa utilizou de recursos próprios ou de terceiros. A Figura 3 representa o seu Ciclo Operacional e Financeiro da Cooperativa B.

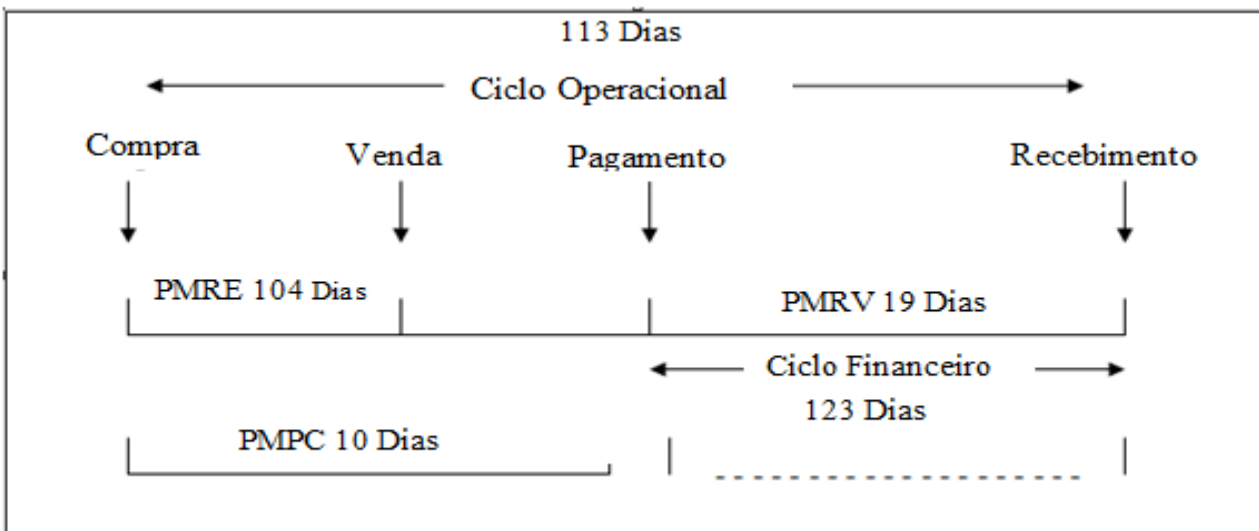
Figura 3- Ciclo Operacional e Financeiro da Cooperativa B.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

Conforme mostra a Figura 4 o ciclo financeiro da Cooperativa C, foi de 123 dias e o operacional de 113. Destes, 10 dias foram financiados por fornecedores e necessitou de outras fontes de recursos para financiar 103 dias de sua operação.

Figura 4- Ciclo Operacional e Financeiro Cooperativa C.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

Dessa forma, quanto maior for o ciclo financeiro da Cooperativa pior estará sua situação financeira, pelo fato de utilizar mais recursos líquidos, diminuindo o volume de investimentos e aumentando seu custo.

4.1.6 Necessidade de Capital de Giro

A Necessidade de Capital de Giro utilizada na gestão das empresas tem como finalidade mostrar quanto a empresa necessita de recursos financeiros para manter suas atividades operacionais. A necessidade de capital de giro sofre influencia da variação das receitas, prazo de pagamentos, recebimento de clientes e estoques. A tabela 10 mostra a necessidade de capital para as cooperativas A, B e C.

Tabela 10- Necessidade de Capital de Giro.

COOPERATIVAS	ANOS		
	2014	2015	2016
Cooperativa A	R\$ 336.249.634,79	R\$ 431.154.855,75	R\$ 431.367.849,37
Cooperativa B	R\$ 804.211.825,49	R\$ 1.297.615.506,51	R\$ 1.687.726.543,36
Cooperativa C	R\$ 1.845.291.697,00	R\$ 2.681.929.035,00	R\$ 2.695.695.673,00

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

A Necessidade de Capital de Giro da Cooperativa A apresentou saldos positivos para o período entre 2014 à 2016. A situação também se repetiu para as demais Cooperativas. Isso significa que há uma necessidade de capital de giro para todas as Cooperativas, as quais devem buscar fontes de financiamento adequadas para financiar suas atividades operacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo fica evidente a importância da análise das demonstrações contábeis para as Cooperativas, pois esta fornece informações sobre a estrutura econômico-financeira da empresa. O objetivo geral deste artigo foi de verificar a situação econômico-financeira da Cooperativa Agroindustrial A e compará-la com outras Cooperativas do mesmo segmento durante os anos de 2014, 2015 e 2016.

Em relação aos resultados obtidos pela análise da estrutura de capitais percebeu-se que o endividamento das Cooperativas A e B vem aumentando, tornando-as dependentes do capital de terceiros para financiar suas operações. Quanto ao perfil da dívida, todas as Cooperativas possuem endividamento de curto prazo. A Cooperativa A apresenta o maior índice de Imobilização de



Patrimônio Líquido, contudo as Cooperativas B e C também possuem um alto índice de imobilização do seu patrimônio líquido. Apesar dos índices de imobilização serem elevados, os mesmos podem ser considerados satisfatórios, sendo característica das Cooperativas Agrícolas, já que é obrigação investirem em imobilizado.

Em relação aos indicadores de liquidez, percebe-se que o folego para cumprir com as obrigações de curto prazo vem diminuindo no decorrer do período em análise para as Cooperativas A e B. Já para a Cooperativa C, este indicador vem aumentando. No entanto, este índice é satisfatório para as três Cooperativas, pois todas conseguem quitar suas dívidas de curto prazo. Em relação as Cooperativas serem dependentes de seus estoques, nota-se que somente a Cooperativa A é totalmente dependente, sendo necessário usar seus estoques, para quitar suas dívidas. Também ficou evidente por meio da análise da liquidez, que nenhuma das Cooperativas conseguem quitar suas dívidas imediatamente.

Na análise dos indicadores de rentabilidade, percebeu-se que houve um aumento na eficiência das cooperativas A, B e C, pois no decorrer dos períodos, o volume de vendas aumentou em relação ao capital total investido, ou seja, mostra que elas obtiveram um maior retorno quando comparado com os investimentos. No entanto, diminuiu a margem líquida devido ao aumento dos custos e despesas. Os resultados ainda mostram que os investimentos em capital próprio continuam gerando retorno para as Cooperativas.

No que diz respeito aos prazos médios e ciclos operacional e financeiro, percebe-se que a Cooperativa A possui um ciclo financeiro de 111 dias, sendo que neste período a empresa teve que se manter com recursos próprios. Seu ciclo operacional é composto por 87 dias, sendo que desses, 24 são financiados por seus fornecedores, ou seja, durante 63 dias a Cooperativa precisou de outras fontes de recursos. Já para a Cooperativa B, seu ciclo financeiro é de 148 dias e o seu operacional de 66 dias, e assim 71 dias também foram financiados por seus fornecedores e por 5 dias a empresa utilizou-se de recursos de terceiros. Para a Cooperativa C, a situação não é diferente, seu ciclo financeiro é de 123 dias e operacional de 113. Durante 10 dias suas atividades foram financiadas por seus fornecedores e durante 103 dias de operação foram necessárias por meio de outras fontes de recursos. Diante de tais resultados, percebe-se que as Cooperativas em estudo pagam seus fornecedores antes mesmo de receberem por suas vendas. Isso significa que as mesmas utilizam de capital de terceiros para financiar suas atividades para o período das compras até o recebimento de suas vendas.



A análise da Necessidade de Capital de Giro das Cooperativas A, B e C mostra que tais possuem um ativo circulante operacional maior que o passivo circulante operacional e assim apresentando uma situação normal. Contudo ainda utilizam de fontes de financiamentos externas para realizar suas operações durante o seu ciclo operacional.

Ao comparar a Cooperativa A, com as Cooperativas B e C, ficou evidente que em relação aos indicadores de estrutura ela apresenta a maior necessidade de capital de terceiros para financiar suas operações e que possui o mesmo perfil de dívida que as demais, ou seja, dívidas de curto prazo. Além disso também possui o maior índice de imobilização de patrimônio líquido. Em relação aos índices de liquidez, notou-se que a Cooperativa A possui os índices mais baixos, e que a Cooperativa C apresentou os melhores resultados. Já na análise de rentabilidade a Cooperativa A obteve um maior volume de vendas em relação ao total investido, contudo, para os índices de Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, a Cooperativa C se sobressaiu em relação a Cooperativa A e B. Nos indicadores de Prazos Médios, Ciclo Financeiro e Operacional a Cooperativa A apresentou um ciclo financeiro e operacional maior que a Cooperativa B e menor que a Cooperativa C. A Cooperativa A possui a menor necessidade de capital de giro, pois no ano de 2016 necessitou apenas de R\$ 431.367.849,37 enquanto que a Cooperativa B necessitou de R\$ 1.687.726.543,36 e a Cooperativa C de R\$ 2.695.695.673,00.

Por fim, percebeu-se que a análise dos índices de estrutura, liquidez, rentabilidade, prazos médio, ciclo financeiro e operacional e necessidade de capital de giro não são utilizados somente para tomada de decisões, mas também como uma forma de acompanhamento da evolução das Cooperativas, e como evidencia de seus pontos fortes e fracos, permitindo assim verificar sua real situação diante de outras empresas do mesmo segmento.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2009.

CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello; SANTOS, Célia Cristina Moura. **A importância do Cooperativismo**. Disponível em :<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf> Acesso em: 22 de abril de 2017.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de caixa e do capital de giro**. 22. ed. Curitiba, Juruá, 2010.



CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade:** resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

DENIZ, Josedilton Alvez; MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo, Atlas, 2014.

FLEURIET, Michel; ZEIDAN, Rodrigo. **O Modelo Dinâmico De Gestão Financeira.** Rio de Janeiro, 2015.

GITMAN, Lawrence J. Capital de giro e administração do ativo circulante. **Princípios de Administração financeira.** Trad. Allan Vidigal Hastings. 12. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores.** 3. ed. São Paulo, Atlas, 2000.

JÚNIOR, Ademar Luiz Hessel. **Análise da Situação Financeira de uma empresa de pequeno Porte:** Estudo de caso. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36729/000789558.pdf?sequence=1>> Acesso em 22 de abril de 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial:** Um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas:** aspectos gerais e prestação de contas. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** 3. Ed. São Paulo, Atlas, 2012.

SILVA. E. C. Da. **Administração de Cooperativas.** Disponível em: < <http://superclickmonografias.com/blog/?tag=tcc-administracao-de-cooperativas>> Acesso em 04 de Junho de 2017.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeiras das empresas.** 12. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

SOUSA, Letícia Pulcides de. **Cooperativismo:** conceitos e desafios à implantação da economia solidária. Disponível em: < Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária> Acesso em 04 de Junho de 2017.